

#3477

Edital para concurso internacional de recrutamento de um Investigador Doutorado

Projeto Recolha de Informação sobre a Área Marinha do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Por decisão do Conselho de Administração da **FCiências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências**, encontra-se aberto um concurso internacional para o recrutamento de um investigador com doutoramento, no âmbito dos Projetos “Recolha de informação sobre a área marinha do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina” e “Estudo e caracterização do recurso ouriço-do-mar na Ericeira e regiões adjacentes”, financiados pelo Centro de Ciências do Mar do Algarve - CCMAR e Município de Mafra, respetivamente, na modalidade de contrato a termo resolutivo incerto, nos termos do Código do Trabalho e legislação complementar.

I - Requisitos de Admissão

Podem ser opositores ao concurso candidatos nacionais, estrangeiros e apátridas titulares do grau de doutor¹ em Ciências Marinhas ou áreas afins, que satisfaçam ainda os seguintes requisitos:

- a) O grau de doutor tem de ter sido obtido há pelo menos 6 anos;
- b) Experiência comprovada em Oceanografia Física;
- c) Experiência comprovada em tratamento e análise de dados observacionais e capacidade para lidar com diferentes áreas de investigação na integração dos mesmos em bases de dados e a sua disponibilização pública;
- d) Experiência comprovada em processamento e modelação de dados de satélite;
- e) Experiência comprovada em transmissão de conhecimentos científicos sobre o meio marinho para não especialistas.

¹ Salientamos que os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei nº. 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria nº. 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatória para a assinatura do contrato. Mais informação poderá ser obtida em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento?plid=374>.

II. Legislação aplicável

1. Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação actual (CT);
2. Código de Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua versão atual (CPA).

III. Plano de trabalhos

1. Recolha, tratamento e disponibilização para o público dos dados obtidos no âmbito do projeto Recolha de Informação sobre a Área Marinha do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
2. Análise dos dados de satélite e oceanográficos disponíveis para relacionar com a ecologia do ouriço-do-mar e determinação das condições mais favoráveis para realizar as ações de repovoamento com esta espécie no âmbito do projeto “Ouriceira Mar - Estudo e caracterização do recurso ouriço-do-mar na Ericeira e regiões adjacentes” (tarefas 1 e 5, nomeadamente, 1 - Mapeamento de habitats marinhos e de populações e estudo da biologia e ecologia do ouriço-do-mar; e 5 - Experiências de repovoamento com o ouriço-do-mar *Paracentrotus lividus*);
3. Participação nas atividades de transferência de conhecimentos para a comunidade piscatória no âmbito do projeto “Ouriceira Mar - Estudo e caracterização do recurso ouriço-do-mar na Ericeira e regiões adjacentes” (tarefa 4 - Transferência de conhecimentos a pescadores e proposta de medidas de gestão da atividade de apanha de ouriços-do-mar).

O plano de trabalho está incluído no âmbito do objetivo geral do projeto “Recolha de Informação sobre a Área Marinha do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina” e das tarefas 1, 4 e 5 do projeto “Ouriceira Mar - Estudo e caracterização do recurso ouriço-do-mar na Ericeira e regiões adjacentes”.

IV. Composição do Júri

De acordo com o artigo 13.º do RCD, o júri do concurso tem a seguinte composição:

- Presidente – José Lino Costa
- 1º Vogal – Bernardo Quintella
- 2º Vogal – Ana Brito
- 1º Vogal Suplente – Paula Chainho
- 2º Vogal Suplente – Susana França

V. Local de Trabalho

O trabalho será acolhido pela Unidade de Investigação MARE, e será realizado nas suas instalações do Campo Grande, Lisboa, Portugal.

VI. Duração do Contrato

O contrato de trabalho será em regime de contrato resolutivo a termo incerto, a tempo integral, tendo início previsto em fevereiro de 2021, o qual durará até à execução do Plano de Trabalhos referido em III, o qual tem a duração previsível de 5,5 meses, não podendo exceder os limites previstos no CT, incluindo um período experimental inicial de 15 dias.

VII. Valor da remuneração

A remuneração mensal ilíquida a atribuir é de 2 134,73 €, correspondente ao nível 33 da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, atualizada pelo DL n.º 10-B/2020, de 20 de março, a que acrescem subsídios de férias e de Natal, bem como o subsídio de alimentação, no valor e com as condições previstas para trabalhadores com uma relação jurídica de emprego nos termos do CT.

VIII. Avaliação das candidaturas

1. A não satisfação dos Requisitos de Admissão constitui razão suficiente para não admissão dos candidatos em mérito absoluto.
2. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100 %.
3. São critérios de avaliação em mérito relativo:
 - a) Participação em projetos científicos relevantes na área de processamento de dados de satélite e observacionais e sua integração em bases de dados e disponibilização para o público e, ainda, em oceanografia física - 50%;
 - b) Publicações na área de oceanografia física - 30 %;
 - c) Atividades pedagógicas no âmbito da transmissão de conhecimentos científicos sobre o meio marinho para não especialistas - 20 %;
 - d) Entrevista, se considerada necessária pelo júri - 10 % (peso máximo 10% do total da avaliação);

4. O júri poderá realizar uma entrevista aos 3 primeiros classificados no total dos critérios a) a c) do nº 3, destinada a obter esclarecimentos e/ou explicitação de elementos curriculares apresentados e informações adicionais. A existir entrevista a soma das avaliações obtidas nos critérios de avaliação a) a c) corresponderá a 90% da classificação final e a entrevista a 10%.
5. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de avaliação.
6. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação.
7. Após conclusão da aplicação dos critérios de avaliação, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.
8. A deliberação final do júri é homologada pelo Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID a quem compete decidir da contratação.
9. Os resultados da avaliação serão divulgados no sítio *internet* da FCIências.ID (separador “Concursos”), sendo os candidatos notificados individualmente dos resultados da avaliação através de correio eletrónico para o endereço indicado em “Dados Pessoais” da documentação submetida.
10. Com a notificação que se refere o nº 9, inicia-se a fase de audiência de interessados a que se refere o Artigo 121º e seguintes do CPA, durante um período de 10 dias úteis.
11. A eventual pronúncia do candidato em sede de audiência prévia deve ser apresentada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente do júri – para o endereço concursos@fciencias-id.pt - o qual deve reunir o júri e pronunciar-se no prazo máximo de trinta dias úteis.
12. No prazo máximo de cinco dias úteis após a decisão final do júri, o Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID homologa a deliberação do júri e notifica os candidatos.
13. As comunicações entre a FCIências.ID (concursos@fciencias-id.pt) e os candidatos serão eletrónicas e obedecerão às seguintes regras:
 - a) No momento da submissão eletrónica de qualquer documento – designadamente na situação prevista no nº 11 - os candidatos deverão gerar prova de “mensagem enviada”.
 - b) A FCIências.ID acusará a receção dos documentos recebidos através de um email para o endereço utilizado pelos candidatos, num prazo máximo de dois dias úteis.
 - c) No caso de ausência da confirmação de receção pela FCIências.ID - indiciando problemas técnicos que não deverão ser nem da responsabilidade do candidato nem da FCIências.ID - os candidatos devem entrar em contacto com a FCIências.ID, com a prova a que se refere a alínea a), de modo a garantir a entrega e boa receção dos documentos em causa.
 - d)

IX. Satisfação de Políticas Públicas

1. A FCIências.ID promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) poderá ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.
2. Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência

legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

X. Submissão de Candidaturas

1. O concurso decorrerá de 13/01/2021 a 26/01/2021.
2. A candidatura e os documentos que a instruem podem ser apresentados em português ou em inglês.
3. As candidaturas serão realizadas através da plataforma eletrónica de concursos da FCIências.ID – acessível a partir de <http://concursos.fcencias-id.pt>.
4. Na plataforma eletrónica, os candidatos preencherão uma secção obrigatória relativa a Dados Pessoais [nome, morada, data de nascimento, e-mail de contacto, nacionalidade e identificadores científicos] e farão o carregamento de ficheiros com os seguintes documentos:
 - i. Curriculum vitae detalhado - *obrigatório*;
 - ii. Documento com manifestação de interesse e em que seja claramente demonstrado que o candidato possui experiência profissional requerida nos Requisitos de Admissão - *obrigatório*;
 - iii. Até cinco publicações relevantes relativas ao objeto e requisitos do concurso - *obrigatório*;
 - iv. Cópias digitais de documentos comprovativos de doutoramento e/ou de outras habilitações científicas e profissionais – deverão ser fornecidos documentos originais em caso de contratação - *obrigatório*;
 - v. Outros documentos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito científico, ou para declarar a situação pessoal nos casos cobertos na secção IX-2 deste Edital – *opcional*.
5. Por decisão do Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID, não são admitidos a concurso os candidatos que não submeterem os documentos identificados no nº 4. Assiste-lhe ainda a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a concurso, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações.

O presente Edital foi aprovado pelo júri no dia 12/01/2021.